

UMA LEITURA SOBRE AS NOVAS CONFIGURAÇÕES MIGRATÓRIAS: ANÁLISE NO/DO TEMPO PRESENTE EM NARRATIVAS ORAIS E DE JORNAIS

A READING ON THE NEW MIGRATORY SETTINGS: ANALYSIS OF TIME PRESENT IN ORAL NARRATIVES AND NEWSPAPERS

Leandro Baller¹

Endereço profissional: R. João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso,
Dourados - MS, 79825-070.
E-mail: leandro_historia@hotmail.com

Jorge Pagliarini Junior²

Endereço profissional: Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 -
Centro, Campo Mourão - PR, 87302-060.
E-mail: palhajr@yahoo.com.br

Resumo: O artigo explora a temática da migração de retorno relacionada à atividade rural, análise pautada na relação entre história e a memória em diálogo com categorias históricas e interdisciplinares de lugar, região e fronteiras. Analisa narrativas de pessoas (entrevistas), tece exame sobre a imprensa (jornal escrito) do Paraguai operacionalizando-as enquanto fontes históricas que abordam a migração do Paraná para a região da Amazônia Legal e do Paraná para o Paraguai. A História do Tempo Presente ampara e assume protagonismo na pesquisa.

Abstract: The article explores the theme of return migration related to rural activity, analysis based on the relationship between history and memory in dialogue with historical and interdisciplinary categories of place, region and borders. It analyzes people's narratives (interviews), examines the Paraguayan press (written newspaper) and makes them operational as historical sources that deal with the migration from Paraná to the Legal Amazon region and from Paraná to Paraguay. The History of Present Time supports and assumes protagonism in the research.

Palavras-chave: Migração de retorno; Fronteiras; Memória; Tempo Presente.

Keywords: Return migration; Borders; Memory; Present Time.

1 Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados UFGD. Atualmente faz pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras - PPGSCF, na Unioeste, campus de Foz do Iguaçu - PNP/CAPES. Professor do Curso de História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) Dourados, Mato Grosso do Sul. Docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH: Mestrado e Doutorado). Orientador de Mestrado e Doutorado. Pesquisador vinculado a Cátedra da Unesco em "Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras".

2 Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Professor do Curso de História da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR - Campo Mourão - PR. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, e do Programa de Pós-Graduação em História Política - PPGHP na UNESPAR.

Introdução

Este artigo resulta de pesquisas na área de História pautadas em memórias de pessoas e em matérias de jornais escritos. A discussão central ancora-se em leituras do mundo rural numa perspectiva de fronteiras. Estabelecem-se duas reflexões sobre migração. O primeiro fenômeno abordado problematiza a trajetória de brasiguaios, notadamente a migração entre Brasil e Paraguai, entre os anos de 1954 a 2014, e é caracterizada pela fase de migração de retorno mapeada a partir da década de 1980 e aprofundada na de 1990. Essa migração é caracterizada pelas experiências narradas por meio de entrevistas com pessoas que estiveram diante de significativas transformações rurais/agrárias, e por jornais escritos dos/nos lugares de percurso dessa ação migratória demarcada nas últimas três décadas. O segundo fenômeno migratório estudado aborda fluxos migratórios inter-regionais brasileiros, sendo eles analisados pelo retorno, mais especificamente pelo retorno entre o estado do Paraná e a denominada região da Amazônia Legal, entre meados da década de 1990 a 2014.

A base epistemológica de ambas as pesquisas é construída na relação entre história e memória com aprofundamento do diálogo histórico com categorias espaciais de lugar, território, região e fronteira. O trabalho se dá com a metodologia da História Oral – entrevistas – e com um segmento da grande imprensa – o jornal escrito³ –, que se caracterizam como fontes para a História do Tempo Presente (HTP). Nesse sentido, as simultaneidades que os eventos provocam nos sujeitos, a própria crítica construída a partir dos estudos dotados de um conteúdo empírico e relevante para a historiografia se mostram pertinentes. Diante desses aspectos metodológicos que convergem, apresentamos a maneira como o mundo rural assume papel importante para a pesquisa baseada nessas tipologias de fontes e, com isso, acreditamos contribuir com perspectivas interessantes para esse campo de discussão. Tem-se assim por foco de análise a ressignificação das narrativas no tocante a prática agrícola dos migrantes paranaenses, levadas por eles para fora do Paraná, e ressignificadas no retorno. Ou seja, no movimento migratório de ida as narrativas congregavam a relação de trabalho agrícola com a produtividade e o desenvolvimento. A partir do retorno, as narrativas passam a congrega perspectivas voltadas à preservação, engajamento em movimentos sociais manejo e sustentabilidade, marcando assim a ressignificação das narrativas no tocante as práticas no meio rural agrícola.

³ Utilizamos no decorrer desse artigo algumas passagens em jornais escritos do Paraguai que se ocupam de ilustrar elementos constitutivos de como a imprensa paraguaia aborda o tema, em especial com manchetes que destacam hora a potencialidade da prática agrícola que os brasileiros e/ou descendentes desenvolvem no país e hora o quão o modelo tradicional de agricultura praticada por alguns paraguaios é deficitário. Entendemos que a imprensa possui aqui o papel de fonte histórica, todavia, por se tratar de um estudo em que o tema é amplamente explorado a análise acerca da fonte jornalística compõe o papel de fundo, em que o rigor crítico sobre a fonte é praticado, mas não é textualizado por nós aqui, por isso compreendemos que ele contribui para a pesquisa.

A entrevista problematizada no estudo da migração intra-regional é representativa de um conjunto de 18 entrevistas realizadas por um dos autores desse texto, o qual compôs o corpus de fontes para uma tese de doutoramento. Já no caso das entrevistas com brasiguaios⁴, elas compõem um conjunto de entrevistas que arrola diferentes temporalidades e projetos de pesquisas, justamente porque analisam vetores de diferentes configurações na extensão do que chamamos de mundo rural e da migração de retorno, sendo assim, mais de 40 pessoas foram entrevistadas, porém para esse momento houve um corte significativo dessas narrativas dado o limite da proposta aqui em desenvolvimento e dos critérios de seleção temática.

Cabe ressaltar que o artigo tem como finalidade não congregiar resultados puramente objetivos da pesquisa, mas estabelecer a discussão temática que envolve a problemática central – a migração de retorno –, no conjunto epistemológico que dá sustentação às investigações, quer seja, o estabelecimento da HTP não apenas enquanto delineador das fontes analisadas, mas sim, enquanto propositor das discussões que se dão em seu campo metodológico.

É ainda importante ressaltar que a HTP se apresenta enquanto um movimento de renovação historiográfica em que o destaque central é a revitalização da história política. Todavia, reconhecemos que HTP não recusa outras abordagens e temas, justamente por compreender múltiplas dimensões tanto nas noções de espacialidade quanto de temporalidade, questões estas que estão no âmago dessa pesquisa, como será evidenciado no decorrer desse texto. Dessa maneira, e percebendo a variedade temática que a HTP compõe, inserimos nossa análise em seu fértil conjunto de compreensão, fazendo com que um tema até certo ponto tradicional no tratamento historiográfico, que se configura como um dos fenômenos mais antigos da humanidade – como são as migrações –, seja questionado a partir do paradigma analítico da HTP. Assim sendo, reconhecemos que mesmo antes da HTP adentrar o Brasil e se tornar de interesse dos cientistas brasileiros já se estudou movimentos de migrações com base em jornais e entrevistas.

Enquanto campo de pesquisa, tomamos o oeste paranaense que é uma região de colonização agrícola tardia, envolta por grandes rios. Em princípio havia adensamento florestal nativo com clima úmido e temperado. Por si só estas condições naturais se mostram aptas à produção agrícola, produção essa que passa a ser desenvolvida e explorada com mais afinco a partir da segunda metade do século XX, quando diferentes empresas colonizadoras motivaram fluxos migratórios originários especialmente do sul

4 A temática que envolve os denominados brasiguaios/brasiguayos, perpassa por inúmeros estudos tanto no Brasil quanto no Paraguai e são promovidos pelas mais diferentes áreas de conhecimento, desde sociólogos, geógrafos, antropólogos, historiadores, até literatos, advogados, jornalistas, engenheiros agrônomos entre outros profissionais e outras áreas de conhecimento. O que é salutar afirmar é que há uma significativa revisão sobre o tema nas últimas décadas, e os resultados agradam em especial o mundo acadêmico que sempre está à espreita para a operacionalização de novas teorias acerca do sujeito, o que acaba fomentando sentidos nem sempre homogêneos em torno de quem são os denominados brasiguaios/brasiguayos. Todavia, entendemos que esse tema em questão, embora importante para esta análise, se configuraria noutra pesquisa, e seu tratamento aqui envolveria uma gama de outros estudos e autores para qualificar a discussão. Sendo assim, generalizamos o termo e entendemos como brasiguaios/brasiguayos, os brasileiros que estão no Paraguai ou que estão presentes nesse amplo movimento transfronteiriço migratório entre os dois países, em especial em região fronteiriça.

do Brasil e com maior intensidade do Rio Grande do Sul, ou seja, uma migração endógena em que os principais sujeitos migrantes eram descendentes de europeus e que passaram a promover num primeiro momento a agricultura familiar em pequenas parcelas de terras onde se ocupavam da mão de obra familiar.

Posteriormente o oeste do Paraná passa a sofrer transformações em seu meio rural de maneira semelhantes àquelas que trouxeram os agricultores do Rio Grande do Sul para a região. Tal fenômeno pode ser caracterizado pelo processo de modernização conservadora do campo, movimento no qual as máquinas vão substituindo gradativamente a mão de obra humana braçal, e os espaços cultiváveis vão se tornando verdadeiros minifúndios

A modernização agrícola conservadora tem como uma de suas consequências o aumento das áreas de monocultivo, esse foi um dos fatores que mais contribuiu para a saída de 1,2 milhões de pessoas do Paraná (...), na década de 1970. Outro fator que fez com que milhares de pessoas deixassem o Paraná foi a falta de investimento no setor rural para aos trabalhadores que não possuíam terras, o número de pessoas que não tinham terras girava em torno de 400 mil pessoas, representando cerca de 33% do total das pessoas que saíram do Estado, em outras palavras, 1/3 da demanda. O número de 1,2 milhões de pessoas que deixaram o interior do Paraná, na década de 1970, representa aproximadamente 20% de todo o contingente que fez parte do êxodo rural do País, que girou em torno de 6 milhões de pessoas nesse período. Em relação ao fluxo paranaense, apenas é possível identificar o local de destino após a primeira migração endógena, uma vez que a grande maioria foi para o estado de São Paulo – 590 mil pessoas – os outros destinos mais procurados foram Mato Grosso e o atual Mato Grosso do Sul com cerca de 220 mil pessoas. Do contingente que se destinou aos estados do centro-oeste brasileiro acredita-se que muitos dos que cruzaram a fronteira do Brasil faziam parte de outra estatística que obedece à migração exógena, especialmente indo para o Paraguai (...). A saída de milhões de pessoas do meio rural e o aumento de milhões de hectares de terra para produção agrícola era uma conta que não fechava, mas foi o que se apresentou na década de 1970 tanto no estado do Paraná, quanto em outras regiões do Brasil. Esse panorama já evidenciava um futuro crescimento para fora do Paraná e, em continuidade, para além das fronteiras do Brasil.⁵

Esse contexto de modernização altera as questões agrárias ligadas ao modo de fazer e que envolve diretamente o trabalhador, bem como modifica a questão agrícola até então ligada diretamente ao cultivo. Dessa forma, para nós, o oeste paranaense se transforma e é visto como um cenário vivo da história e que no caso da migração ao Paraguai e à Amazônia Legal configurou um fluxo migratório significativo para a

⁵ BALLER, Leandro. Fronteira e Fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014). Curitiba - PR: CRV, 2014, p. 193.

compreensão do cenário migratório por nós estudado tanto quantitativamente, quanto qualitativamente.

É importante salientar que o oeste paranaense em seus primórdios, no que condiz com a lida rural foi local de recepção de muitos estrangeiros, em especial paraguaios e argentinos, que faziam da extração da madeira e da erva-mate seus principais ramos de atividades. As *Obrages*⁶ representavam o local da dinâmica fronteira em fins do século XIX e início do XX. Segundo Ruy Christovan Wachowicz:

Na década de 1930 [...], constatou-se que a população existente na margem brasileira do rio Paraná, entre Guaíra e Foz do Iguaçu [região que compreende o oeste paranaense] era de aproximadamente dez mil habitantes, dos quais apenas quinhentos eram brasileiros. Constatou-se que os governos anteriores [do Brasil] nunca haviam se interessado pela região e que, em consequência, a presença estrangeira era tanta que o Brasil não estava longe de ver aberto um caso de direito internacional na sua margem esquerda do Rio Paraná⁷.

A passagem acima mostra a dinâmica do lugar que ora analisamos. O que fica evidente é que os movimentos migratórios, tanto exógenos quanto endógenos, representam a dinâmica na região desde outros tempos, e é no tocante a essa problemática que inserimos nossas análises com as disposições da HTP.

Já de início evidenciamos que os entrevistados narram suas trajetórias dando ênfase as suas contribuições ao progresso local, regional e mesmo nacional, e as ressignificam a partir da apropriação de transformações estruturais ocorridas no período anterior ao que eles vivenciaram com a migração.

Um dos nossos interlocutores da pesquisa, o paranaense Enso, que num contexto anterior esteve envolvido com o corte e processamento da madeira na Amazônia Legal (entre os anos de 1995 a 2004), na cidade de Alta Floresta – MT, e atualmente, após o seu retorno, se tornou comerciante no Paraná, na cidade de Campo Mourão, narra da seguinte maneira o que para ele trata-se de uma iniciativa rural “sensacional”, a qual explicaria o processo de transformação das práticas de exploração da Amazônia Legal, isso em um recorte de pouco mais de três décadas:

O que acontece é a cria, é cria e engorda, ele consegue produzir alimento pra engordar o boi dele, ele vai plantar soja, vai plantar sorgo, vai plantar milho e vai pegar os restos disso aí, a palhada de soja, coisa parecida e vai engordar boi; na mesma área que ele só engordava boi, então ele vai fazer

6 No oeste do Paraná, surgiram, no fim do século XIX e no início do século XX, gigantescas concessões por parte do governo paranaense para a exploração da erva mate. Por extensão da terminologia adotada em território argentino, as mesmas propriedades ou concessões foram denominadas de obrages. Significa originalmente o local onde se trabalha manualmente. Seu proprietário ou dono da concessão era o chamado obragero (Cf.: WACHOWICZ, Ruy Christovan. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982, p. 182).

7 WACHOWICZ, Ruy Christovan. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982, p. 144.

soja, vai fazer milho e vai fazer boi na mesma área. Então isso aí pro planeta foi sensacional, isso nem é um discurso de ecologista não é nada, isso aí eu sei que funciona⁸.

O interlocutor é um retornando da Amazônia Legal. Metodologicamente, a análise desta e das demais entrevistas citadas considera as estratégias de produção das narrativas adotadas, dialogicamente estruturada nas histórias de vida, muito embora, as demandas e escolhas que envolveram as entrevistas encaminharam-se para uma história temática: a do retorno para o oeste paranaense.

O entrevistado afirma ter contribuído com o processo de desenvolvimento da região para onde migrou. A sua narrativa pauta-se num primeiro momento no que chamamos e conhecemos como formação de fronteiras agrícolas, ou seja, um fenômeno fundamentado na derrubada da mata, e num segundo momento, numa política de redução de impacto dessa derrubada. Tal releitura apresentada pelo interlocutor demonstra a capacidade de apresentar processualmente o processo migratório, com ênfase em novas demandas, como no caso em tela a questão ambiental.

Reconhecemos as dificuldades e os desafios que estão inseridos nas narrativas dos interlocutores, sobretudo, em suas experiências, nos seus cotidianos, nas suas idas e vindas, nos itinerários entre estados nacionais e/ou internacionais, e dessas narrativas o que fica evidente é a positivação empregada nos seus discursos.

Em relação ao movimento migratório para o Paraguai, a positivação discursiva está presente em narrativas que destacam alguns fatores da migração. No *Jornal ABC Color*, de Assunção-PY, o editorial em nome de Orlando Soares Carbonar publica em 1º/9/1989 uma nota em que a temática reverbera de maneira satisfatória o fato de serem os brasileiros, que residem nas fronteiras com o país vizinho, agentes do progresso frente ao modelo de produção agrícola ali encontrado, conforme pode ser percebido na manchete intitulada “*Inmigrantes brasileños contribuyen al progreso*”⁹.

Os usos das narrativas presentes no jornal veem acompanhando as transformações do saber histórico contemporâneo, e se estruturam, inclusive, pela sua interpretação enquanto fontes históricas. Arlette Farge tece reflexões importantes a serem consideradas em relação as fontes, segundo Farge:

Uma história que fosse apenas com testemunhos não criticados e retrabalhados seria uma história que perderia sua coerência e veracidade. Uma história que não levasse em conta a testemunha e a irrupção de singularidade de sua situação seria uma história que recusaria o excesso,

⁸ Enzo Tobaldini. Comerciante. Entrevista com Jorge Pagliarini Júnior. Campo Mourão - PR, 2014. Metodologicamente, seguiu-se com a perspectiva das histórias de vida, mesmo que, em muitos casos, a entrevista tenha se aproximado de uma entrevista temática, pautada na migração de retorno. As entrevistas foram realizadas no período de 2013 a 2015, com duração média de uma hora cada. Nessas fontes orais, as memórias abrangeram as representações do processo migratório e ganharam o contorno das preocupações com o momento do retorno; nelas se conectam identidades e espacialidades presentes na inserção do espaço e ressignificadas agora, após o retorno.

⁹ Orlando Soares Carbonar. *Inmigrantes brasileños contribuyen en al progreso*. ABC Color. Asunción - PY, 1º/9/1989, Caderno Editorial, p. 10.

o desvio, o deslocamento, as paixões sangrentas, grandiosas ou infames.¹⁰

O diálogo entre história e os periódicos (jornal escrito) considera aspectos que são importantes na concatenação das mensagens por elas transmitidas e na análise de como estas chegam ao público, e assim avalia aspectos como suas relações de poder, a política, a ideologia, a quem pertencem esses meios de comunicação, pois são esses entre outros os quesitos que indicam como se encontram os jogos de interesses que permeiam tanto o jornal escrito quanto a própria análise que se faz dele, tipo de processo de estudo ancorado em questões objetivas e subjetivas sobre a sociedade que ele aborda. Nesse caso em específico, o tratamento das manchetes jornalísticas se dá por meio da textualidade que permeia o macro texto das matérias, esse é o critério utilizado para operacionalizar o texto em tela.

Em ambas as narrativas acima – na entrevista e no jornal – os itinerários denunciam o fato de se tratar de migrações entre o Estado que era considerado como celeiro do Brasil, o Paraná, e regiões que ainda careciam ou carecem das ditas benesses da agricultura ou, como muitos percebem, da agricultura moderna.

Muito embora esse cenário do mundo rural que temos como campo de pesquisa mantenha parte significativa da sua estrutura inventariada na apresentação dos resultados que são provenientes da *Marcha para o Oeste*, o recorte temático, temporal e espacial do conjunto da nossa análise da pesquisa demonstra contribuições que não se limitam ao panorama levantado nas análises sociológicas da década de 1970 que trataram das problemáticas do *mundo rural*. Conceituar o que chamamos aqui de *mundo rural* não é o objetivo desta análise, mas nossa preocupação gravita em torno dessa problemática, que também é conceitual. Há um tratamento que o caracteriza de forma geral, e que se imbrica com a compreensão da história agrária, ou seja, é um campo que se desenvolve em pesquisas desde o início do século XX no Brasil, mas suas contribuições mais significativas se desenvolvem a partir da década de 1970, momento esse em que passam a congregiar a interdisciplinaridade, com a preocupação de historiadores, geógrafos, sociólogos, agrônomos, entre outros profissionais de áreas que também produzem análises teóricas sobre o assunto.

O que detectamos das ciências humanas e sociais é que esse tema de estudo agrega basicamente três grandes fatores, que seriam a terra, as pessoas e as técnicas, com a primeira sendo o meio natural, a segunda à população nela envolvida e a terceira as forças produtivas no sentido restrito. Reside no interior deste esquema generalista de percepção as mais variadas especificidades, dentro das quais nosso estudo está inserido.

10 FARGE, Arlette. Lugares para a história. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 22.

Em relação a essa combinação entre trabalho, terra e tecnologia, a historiadora Maria Yedda Linhares diz que:

A análise histórica deve, pois, contemplar os elementos que se associam afim de que seja possível uma explicação inteligível do processo histórico na agricultura, colocando-se, no tocante àqueles fatores, questões prévias: o sistema socioeconômico em questão, as condições de acesso à terra, as normas jurídicas que regem a propriedade, o meio geográfico e as condições de uso da terra, o perfil demográfico, o universo profissional, as hierarquias sociais.¹¹

No que tange ao tratamento do conteúdo, há a tensão construída no estudo das trajetórias dos ditos migrantes, sejam eles os migrantes retornados do Paraguai e que também podem ser denominados de brasiguaios, na reprodução de seu *modus vivendi* no Paraguai, sejam eles migrantes retornados da Amazônia Legal para o Paraná, diante da ressignificação de discursos que demarcariam o sulista. Assim, epistemologicamente, a análise histórica nos provoca frente à processualidade compreendida em ambos os movimentos, tendo eles nas suas bases teóricas, a preocupação com as memórias das pessoas diante da construção e/ou da reafirmação de narrativas, sejam elas narrativas que se apropriam de metanarrativas e as ressignificam no devir da construção de uma identidade, sejam elas advindas de leituras históricas ainda pouco problematizadas, como a da narrativa de trajetórias nem sempre carregada de conquistas econômicas, mas sim, da conquista pessoal, ou a do engajamento com movimentos sociais, ou mesmo a do lidar com demandas ambientais.

No que tange à memória, entendemos que um estudo sobre a memória necessita interpelar e compreender as fontes históricas que estão colocadas para a compreensão do fenômeno da migração de retorno, nesse caso, entrevistas e em menor grau o jornal escrito. Entendemos ainda que as fontes contribuem para a valorização dos atores individuais e coletivos que estão colocados na relação dialética entre história e memória. Para o estatuto da HTP ora apresentado, as demandas que envolvem as trajetórias das pessoas, a questão de terras e outros fenômenos que abrangem a construção tanto da sociabilidade quanto do conhecimento histórico precisa ser considerada.

As reflexões da historiadora Maria Helena Capelato, são contributivas das nossas preocupações ao interrogarmos as fontes. Segundo ela:

[...] nota-se que, embora haja uma discussão metodológica relevante entre os especialistas da história oral sobre a memória e o testemunho como *documentos privilegiados* para o estudo do tempo presente, o mesmo não se observa em relação a imprensa, utilizada apenas como *uma fonte entre*

11 LINHARES, Maria Y. História agrária. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 170.

outras nas pesquisas sobre o período. Muitos estudos realizados por historiadores brasileiros têm demonstrado a importância da atuação dos jornais, sobretudo da grande imprensa, em diversos momentos da história do Brasil, mas não em relação à história recente.¹²

A inquietação que a autora apresenta perpassa pelas nossas perturbações ao interrogarmos as fontes e percebermos a necessidade de fomentar o diálogo entre história e memória em função da grande imprensa, nesse caso, os jornais escritos. Eles indicam a necessidade de ampliar o campo reflexivo e aprofundar os aspectos teóricos das pesquisas, mostrando com isso que a visita ao passado contemporâneo das nossas sociedades se apresenta na dinâmica inter-relacional de temporalidades¹³, em que o jornal funcione como um agente constitutivo dessa história, e então seja incorporado como objeto presente da/na análise, e não apenas seja percebido como algo que conta essa história.

Coexistência fronteiriça e migração de retorno: Brasil-Paraguai-Brasil

Os sujeitos falam de si ao falarem dos espaços e, numa das suas acepções, o espaço pode ser entendido pelas fronteiras que distanciam, mas que também aproximam pessoas¹⁴. Nesse exercício de compreender a relação entre sujeito e espaço, como lembra Haesbaert¹⁵, o espaço pensado apenas enquanto resultado dos propósitos do Estado já não dá conta da compreensão de seus usos e de suas construções. Por outro lado, em tempos de mobilizações e de discursos – exacerbados – em torno de nacionalismos, a leitura dessa espacialidade se apega ao discurso nacional, como ocorre com os entendimentos mais clássicos sobre fronteiras em que as questões políticas, econômicas e militares entoavam sua existência e significado. É justamente nessa tensão entre os significados polissêmicos da fronteira transnacional, resignificados e narrados pelos sujeitos, e buscados ainda em outras fontes¹⁶, que se desenrolaram os estudos sobre os retornados do Paraguai, ou, os brasiguaios.

Há termos que comumente são operacionalizados nesse texto, entre eles se destacam as *fronteiras* e os *fronteiriços*. Aqui, eles são propostos como categorias de análise, ou se quisermos, representam *lugares* e *sujeitos*, são tomados por objetos e por

12 CAPELATO, Maria Helena. História e tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: NEVES DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). História do Tempo Presente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 299 (destaques no original).

13 Ver: NEVES DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes. Introdução. In: NEVES DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). História do Tempo Presente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 07-12.

14 Há décadas, as investigações e produções sobre a fronteira entre o Brasil e o Paraguai, mostram que a história é resignificada a todo momento e os espaços não são apenas paisagens imóveis aguardando as ações do tempo, como diria Milton Santos, posto que os espaços sofrem metamorfoses e quando habitados, sofrem ainda mais.

15 Rogério Haesbaert. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 71-73

16 Essa pesquisa conta com resultados de vários anos de estudos entre o Brasil e o Paraguai, em regiões de fronteiras físicas, local de grande concentração de propriedades rurais em ambos os países. Essa fase foi concluída com Estágio Doutoral (PNDE/CAPES) no Paraguai, na Universidad Nacional de Asunción (UNAPY).

categorias historicamente delimitadas pelo recorte temporal e espacial visando entender a fronteira entre Brasil e Paraguai, mais precisamente, o Leste do Paraguai e o Oeste do Brasil, mais precisamente o oeste do Paraná, onde o marco geográfico da fronteira se dá com o reservatório do Lago Internacional de Itaipu-Binacional.

Temos assim uma leitura da espacialidade da fronteira que é resultado de outras historicidades e cuja demarcação territorial envolve disputas de diferentes temporalidades, desde os seculares Tratados Coloniais localizados numa *história de longa duração*, até as bases demarcadas nas últimas décadas, configuradas então pelo agronegócio, passando assim pela leitura de disputas veladas, percebidas nos interstícios da análise do cotidiano e que podem ser melhor entendidas diante da postura epistemológica da pesquisa, ou seja, pelo esforço de se deslocar pela fronteira e, assim, tomá-la também *do lado de lá*, e numa *história do presente*.

O tempo presente caracteriza o trabalho historiográfico permeando a problemática do retorno e propiciando a contiguidade do historiador com o tema. Ao dialogarmos com as fontes, as questões discutidas se tornam mais vivas, sobretudo, quando abordamos o problema do percurso histórico da migração de retorno não perdendo de vista os diferentes momentos da construção da análise, pois ambos os autores são atores sociais desses movimentos migratórios.

Parafraseando Phillippe Tétart¹⁷, quando este afirma que a HTP notadamente está institucionalizada e desfruta de completo reconhecimento científico, concluimos que ela representa um paradigma intelectual da disciplina histórica que atinge grande parte de demandas sociais nas análises que desenvolve.

Jean Pierre Rioux também afirma que a HTP faz parte atualmente dos programas escolares em vários níveis de ensino e pesquisa e compreende grande parte da história do século XX. Para este autor, ela sofre pressão de instituições que tentam impor memórias oficiais e predominantes; todavia, a HTP exerce sua função de forma pericial. Segundo Rioux,

Essa história, porque é feita com testemunhas vivas e fontes proteiformes, porque é levada a desconstruir o fato histórico sob a pressão do midiático [...] pode ajudar a distinguir, talvez mais utilmente do que nunca, o verdadeiro do falso. Pois se ela tem a missão, como toda história digna desse nome, de dizer a evidência científica das verdades materiais face ao esquecimento, à amnésia ou ao delírio ideológico (pensemos, por exemplo, nos negadores das câmaras de gás), ela é sem dúvida a mais capaz de explicar calmamente [...] a força da questão de memória no decurso do tempo¹⁸.

17 Ver: CHAUVEAU, Agnès, TÉTART, Philippe (org.). Questões para a história do presente. Bauru - SP: Edusc, 1999, p. 07-37. Ver também: TÉTART, Philippe. Pequena história dos historiadores. Bauru - SP: Edusc, 2000, p. 133-138.

18 RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma História do Presente. In: TÉTART, Philippe (org.). Questões para a história do presente. Bauru - SP: Edusc, 1999, p. 49-50

Assim sendo, as narrativas dos jornais e dos entrevistados inserem aos ambientes e também no conjunto de argumentos, dos acontecimentos, das ações e fatos que frutificam não apenas a história que investigamos, mas, multiplica os valores explicativos das nossas análises, que a quantificação não dá conta de responder, ou mesmo que não consegue comprovar, uma maneira simples de mostrar seria apelar aos números que mostram os movimentos migratórios que envolve as transformações do oeste do Paraná, como aquela evidenciada anteriormente e que procura quantificar a população que ali vivia e de onde eram. Nesse sentido a HTP insere novas possibilidades e vivifica a história desses movimentos migratórios.

Nesse sentido, é possível perceber que a entrada de brasileiros no Paraguai tem sido realizada de várias maneiras, como, por exemplo, com o auxílio das políticas de governo, estaduais e federais tanto do Brasil quanto do Paraguai e que serviam naquele momento como forma de explicação para a abertura das novas frentes agrícolas, com demandas regionais, e disso exploramos o conflituoso período vivido no Oeste do estado do Paraná. Neste contexto, décadas de 1970/80 o Oeste do Paraná continha dezenas de movimentos preocupados com a questão rural. Como exemplo, podemos citar: *CPT/PR* – Comissão Pastoral da Terra do Paraná; *FETAEP* – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná; *MASTRO* – Movimentos dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná; *MAB* – Movimento dos Atingidos por Barragens; *CEBs* – Comunidades Eclesiais de Base; *ASSESOAR* – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural; *MJT* – Movimento Justiça e Terra; *CIMI* – Conselho Indígena Missionário; *CPJP/PR* – Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Paraná; *FUNAI* – Fundação Nacional do Índio; *ITCF* – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas; *SANEM* – Sociedade de Amparo ao Necessitado Medianeirense.

Para alguns pesquisadores, como Frank Antônio Mezzomo¹⁹, esses movimentos e outros contribuíram de forma decisiva para a criação e fortalecimento do *MST* – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; *CNBB* – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e dos Sindicatos Rurais. Isso ilustra de maneira sintetizada a situação conflitiva do oeste do estado do Paraná nesse contexto, o que auxilia minimamente para a compreensão das motivações das pessoas em migrar, ora saindo, ora voltando ao oeste do estado. Notadamente essa investigação trata a migração de retorno com um viés itinerante, em que o retorno não significa a permanência definitiva das pessoas onde elas se encontram nesse momento, justamente por que o movimento migratório faz parte de um processo dinâmico em que as idas e vindas não se estabilizam de maneira objetiva, mas sim compõem-se de momentos de estabilidades atravessados por uma dinâmica em constantes fluxos de mobilidades, seja internamente no Brasil, no caso da

19 Ver: MEZZOMO, Frank Antonio. Memórias dos Movimentos Sociais no Oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Ven, Werner Fuchs. Campo Mourão – PR: Editora da Fecilcam, 2009.

região da Amazônia Legal ou mesmo internacionalmente entre Brasil e Paraguai.

Entendemos que o ingresso espontâneo de pessoas no Paraguai marca de forma intensa a configuração social tanto do oeste paranaense quanto no país vizinho, promovido por parentes, amigos, vizinhos, vendedores e compradores de terra, enfim, uma configuração construída diante da busca pela propriedade de terras na íntima ligação com o meio rural, em que a relação de parentesco aparece a todo momento.

Nesse contexto – segundo metade do século XX – a fronteira entre Brasil e Paraguai foi sendo alicerçada sob a já conhecida tese de Frederick Jackson Turner²⁰, como sendo uma válvula de escape aos países e de onde suas populações migravam, seja externa do Brasil ao Paraguai, ou interna das áreas centrais de Assunção para a fronteira leste do seu próprio país. O resultado é o encontro das duas frentes políticas de desenvolvimento, sem descartar as migrações espontâneas, a Marcha para o Oeste do/no Brasil e *La Marcha se Hace al Este* do/no Paraguai, e com isso o espaço fronteiro passa a ser transformado nessa válvula de escape dos projetos de desenvolvimento de ambos os governos, o governo brasileiro tentando remediar o problema rural no sul e sudeste do Brasil e o governo paraguaio tentando transformar o espaço agrícola leste paraguaio num local de agricultura produtiva, para isso a baixa densidade demográfica deveria ser superada.

A narrativa do agricultor brasileiro Luiz dos Santos Neto, concedida em 1994, ilustra o momento de sua ida ao Paraguai em 1976, a eficácia que a espontaneidade migratória alcançou e mostra a maneira como pessoas que fomentavam os planos políticos dantes estabelecidos, fazendo a intercomunicação para compras e vendas de propriedades rurais em ambos os países. Ele diz:

Fui prá lá [Paraguai] pela primeira vez sem interesse de nada, a passeio. Os vendedores vendiam terra no Paraguai e sabiam que eu tinha um pouco de dinheiro e como queriam vender eles me procuraram. Nesta época não queria nem saber do Paraguai, minha mulher muito menos, mas, aí eles muito inteligentes me convidaram prá ir passear e me davam a viagem de graça, não pagava nada pela viagem, topei o passeio pro Paraguai. Fui sozinho naquela época, vi a terra, as plantações e fiquei desesperado prá comprar um pedaço de terra lá [Paraguai]. Então, como sabia que minha mulher falava que não vinha de jeito nenhum deixei um ‘negocinho’ feito aqui embaixo, um lotinho de catorze alqueires, era puro mato, só tinha a cabecerinha aberta e um ranchinho, aí pensei assim: deixo o negócio feito, deixo a minha mulher e venho aqui, fico 30 dias e vou pra casa. Quando cheguei e falei prá ela do negócio, ela falou: “Não, se for pra ir, vai todo mundo”. Falei: “Então tá feito”. Nesta época tinha duas crianças, a menina tinha sete meses e a outra sete anos. Aí mudamos

20 TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (org.). Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América, de Frederick Jackson Turner. Niterói - RJ: Eduff, 2004, 23-54.

prá [YbyYaú, no Paraguai] em [19]76²¹.

As fontes operacionalizadas na pesquisa foram alçadas com o objetivo de compreender as experiências das pessoas fronteiriças – homens e mulheres – que passaram a viver entre Brasil e Paraguai, elas formam uma rede de informações que denotam a maneira como se deu a relação entre esses trabalhadores migrantes diante das mais diversas formas de adentrar o país vizinho, seja de forma legal ou ilegal. A ilegalidade nesse/desse movimento é marcada pela falta de documentação pessoal para adentrar o Paraguai, tais como *visto* ou o *permissão*, para que essas pessoas – migrantes – pudessem viver como cidadãos no país vizinho, a grande maioria migrava sem esses documentos, inclusive esses indocumentados passaram a ser perseguidos pelo governo ditatorial do General Alfredo Stroessner, sendo considerados como burladores de um espaço institucional – fronteira.

Na entrevista acima destacada percebemos que os vendedores motivavam as pessoas a comprarem propriedades no Paraguai, era uma rede de relações, em que se conheciam pessoas dispostas a vender e pessoas prontas a comprar. Nessas transações havia, sobretudo, o interesse central dos especuladores – lucros –, como fica evidente na narrativa do agricultor: “[...] sabiam que eu tinha um pouco de dinheiro e como queriam vender eles me procuraram”.²² Era comum ali, segundo o entrevistado, a prática de compra e venda de terras, como se essa atividade ocorresse no Brasil. Não havia preocupação com relação aos problemas que caracterizavam ter uma propriedade rural no Paraguai, ou seja, um país estrangeiro, tais como os documentos legalizados, o respaldo ao futuro proprietário em relação à sua condição de estrangeiro, as condições estruturais da propriedade – casa, água potável, pastos, terra aberta para plantio, fatores que entre outras situações de compra e venda, são importantes de serem considerados em uma transação de imóvel rural. Isso fica evidente na fala do entrevistado quando ele afirma “[...] deixei um *negocinho* feito [...], um *lotinho* de catorze alqueires, era puro mato, só tinha a *cabecerinha* aberta e um *ranchinho*”²³.

É salutar destacarmos que o texto ora apresentado promove uma análise qualitativa das narrativas coletadas, enquanto fontes históricas do presente que servem como elementos empíricos. Essas narrativas não podem ser alçadas como elementos puramente subjetivos como querem algumas vertentes que questionam as narrativas orais e dos jornais escritos enquanto fonte para a historiografia. Entendemos que elas contam uma história e o próprio rigor da análise mostra que eles – entrevistas e jornais – por si só possuem uma historicidade e possuem também conteúdos subjetivos.

Diante do conjunto de elementos que contam sobre o movimento migratório transfronteiriço é importante situar a fala de Rosângela, era uma jovem interiorana dos

21 Luiz dos Santos Neto. Agricultor. Entrevista com Nivalcir Pereira de Almeida. Dourados – MS, 1994.

22 Luiz dos Santos Neto. Agricultor. Entrevista com Nivalcir Pereira de Almeida. Dourados – MS, 1994.

23 Luiz dos Santos Neto. Agricultor. Entrevista com Nivalcir Pereira de Almeida. Dourados – MS, 1994.

finais da década de 1980 que residia no oeste paranaense. Rosângela exterioriza contribuições das experiências femininas para o estudo desse processo. O cotidiano ganha ainda mais vida diante de narrativas carregadas de emoção, praticamente uma poética da história, que se perfaz com os detalhes de uma vivência repleta de essência²⁴. Nas palavras de Rosângela:

[...] na região que eu nasci, cresci e me criei [Paraná - Brasil] eu conheci italianos, poloneses e alemães, era esse o pessoal que tinha lá, e na região que eu fui morar [no Paraguai] eram nordestinos [brasileiros], nada contra, sem preconceito, só que eu fui, eu não conhecia ninguém a não ser o meu marido, o meu mundo era totalmente diferente [...], eu sofri, eu sofri, por que eu não sabia conversar com eles; veja só, não sabia falar com brasileiros, eu não entendia eles, e eles também não me entendiam [...], eram nordestinos do Brasil, a região que eu fui [morar no Paraguai] eram só brasileiros, mas falavam, [...], como nordestinos [alusão ao sotaque], e eu não entendia, não entendia nada do que eles falavam para mim, era um português que pra mim era um linguajar totalmente diferente, [...] nos primeiros tempos foi difícil [...].²⁵

A entrevista com Rosângela nos dá uma amostra do que postulamos acima, na qual costumes, linguagens, etnias, contatos, vivências e outras questões surgem como novidades em uma vida nova, num local diferente, num tempo novo a ser vivido. A maneira como a entrevistada elabora a compreensão de sua vida de quase trinta anos atrás mostra uma forma de percepção da identidade que ela está manejando, ela não tem certeza sobre qual identidade está se referindo. Ela reconhece os brasileiros do Nordeste como pessoas diferentes, por não entender o que eles estão falando, e constrói uma identidade brasileira pautada em aspectos e características europeias, descendentes de italianos, alemães e poloneses, biotipo característico de várias regiões rurais do interior do Paraná.

A narrativa de Rosângela serve de exposição para o nosso conhecimento de como era a vida do migrante transfronteiriço no meio rural, as dificuldades são relatos comuns e aparecem a todo momento nas falas dos(as) entrevistados(as), tais como o lidar com a mata, com a falta de estradas, de remédios e de escolas, sendo o Paraguai representado como um lugar onde tudo estaria por ser feito e no qual o sujeito fronteiriço de nacionalidade brasileira elabora suas próprias construções discursivas e acaba improvisando sobre suas noções de reconhecimento da identidade nacional e dos próprios brasileiros. Tal condição provocou uma espécie de enclausuramento social em que os *outsiders* e os *estabelecidos* não se reconhecem enquanto nacionais em um país

24 Nas narrativas dos migrantes que compõe nosso corpus de fontes, as emoções que são possíveis de verificar na narrativa de Rosângela, não as encontramos nas narrativas de homens, nestas as preocupações são diferentes, ao falarem sobre o processo de migração, em geral falam da propriedade de terras e de questões econômicas.

25 Rosângela Wink Hiert. Agricultora. Entrevista com Leandro Baller. Nueva Esperanza - PY, 2014.

estrangeiro, é o reconhecimento do entre-lugar, o relato mostra a complexidade da vida em um espaço desconhecido no meio rural do outro país, onde tanto o estrangeiro quanto o nacional são desconhecidos pela interlocutora.

Na sua entrevista Rosângela diz que se formou no curso de Magistério, casou-se e no dia seguinte mudou-se com o marido para o Paraguai, tudo em um curtíssimo tempo: “Era a primeira vez que saía da casa dos pais” – comentou ela sobre a época em que chegou ao Paraguai e se deparou com uma situação nada comum para ela, nascida em Capanema, pequena cidade do sudoeste paranaense com parte significativa da sua população sendo descendentes de europeus. Nossa interlocutora era uma professora recém-formada, uma mulher recém-casada, uma migrante recém-chegada, sem conhecer quase ninguém. Ela mesma faz questão de ressaltar: “É a primeira experiência fora da casa dos pais”.²⁶ Dada a riqueza de sua narrativa, pensamos que em uma situação cotidiana normal já haviam vários fatores que contribuíam para uma experiência de vida – naquele momento – repleta de novidades, como a profissão, o casamento, uma nova moradia, mas no caso dela, a necessidade de migrar para outro país preencheu ainda mais a sua já nova condição de vida.

Rosângela naquele primeiro momento de sua narrativa não tocou em questões financeiras, de terras, de busca de uma vida melhor, mas, sim, na situação de mudança de vida, de casa, de país, bem como no estranhamento sobre encontrar agricultores brasileiros no Paraguai e não conseguir se comunicar num diálogo aberto em que todos pudessem se entender. E foi esta a maneira com a qual ela organizou a sua noção de identidade, uma identidade pautada numa memória que a colocava no interior do Paraná e cercada de descendentes de europeus. Esses descendentes “eram brasileiros”, conforme fica explicitado em sua entrevista, muito embora fossem diferentes dos outros brasileiros nordestinos que ela encontrou no Paraguai, que para ela eram estranhos.

Embora reconhecemos que reproduzimos aqui vários aspectos que mostram as dificuldades encontradas na migração transfronteiriça entre Brasil-Paraguai-Brasil, alertamos para o fato de que nossa perspectiva de pesquisa com a história oral não é a de resgatar um passado ou de dar voz aos oprimidos, questões estas amplamente discutidas no interior da metodologia, e já superadas, mas sim concordamos com o que Marieta de Moraes Ferreira preconiza sobre tal questão; de que.

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a elas imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação.²⁷

26 Rosângela Wink Hiert. Agricultora. Entrevista com Leandro Baller. Nueva Esperanza – PY, 2014.

27 FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. In: Topoi. Rio de Janeiro: v. 3, n. 5, p. 314-332, jul./dez. 2002, p. 321.

A análise das narrativas orais de Enso, Luiz e Rosângela, ambas anteriormente citadas, necessitam ser consideradas a partir da valorização dos lugares teóricos e espaciais compreendidos mediante o entendimento de um processo que envolve os termos coexistência, contato, estabelecidos e *outsiders*. Temos a preocupação de avaliar o lugar político e social de onde falavam nossos entrevistados, que é justamente o contexto do mundo rural, entendemos que suas narrativas são ricas fontes para a história do presente. Nesse esforço, a imprensa paraguaia e as fontes orais são analisadas a partir de contribuições teóricas, concebendo a elas a ressignificação de conceitos espaciais, operacionalizadas em tal recorte temporal, espacial e temático, nos interstícios de suas disputas políticas discursivas e nas apropriações a partir das quais necessitamos determinar.

Desse campo de investigação a problemática em torno das fontes, da apresentação das narrativas produzidas e da posterior análise, foi priorizada por nós, pois entendemos que o *corpus* documental terá novas leituras, e nessa nova leitura a fronteira assume um corpo conceitual amplo e interdisciplinar. Muitas vezes, nosso olhar se ocupou²⁸ de problemáticas ambientais, de relações de poder e sociabilidade, de conflitos de terras, na abordagem dos movimentos sociais, no impacto que a Itaipu teve na região e das preocupações de caráter étnico. Mas no fundo, as preocupações sobre a fronteira sempre estiveram presentes, justamente por ter esse caráter polissêmico, fértil, inovador e interdisciplinar para as pesquisas, e no tocante a isso os fluxos migratórios se apresentam como uma possibilidade no interior dessas novas interpretações.

Trata-se de um olhar que nos leva a perceber os meandros da fronteira, que é física (marco visível), que é também política (materializada e institucionalizada) e que é simbólica (vívida). Ou seja, a fronteira e, nesse contexto, o mundo rural que a permeia são criações históricas e, diante disso, precisam ser desnaturalizadas, necessitam ser compreendidas como produções humanas pré-dispostas para a sociedade, e não apenas como marcos físicos ou cenários imóveis e petrificados num determinado espaço. E na perspectiva migratória que exploramos aqui essas questões ganham um importante relevo a ser desvelado, tanto em relação ao Paraguai quanto em relação a região da Amazônia Legal.

28 Algumas dessas preocupações podem ser visualizadas de maneira mais intensa e extensa em nossas dissertações e teses. Para saber mais ver: BALLER, Leandro. *Cultura, Identidade e Fronteira: transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)*. Dissertação de Mestrado em História. Dourados – UFGD, 2008, 186p. BALLER, Leandro. *Fronteira e Fronteiriços: a construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)*. Tese de Doutorado em História. Dourados – UFGD, 2014, 334p. PAGLIARINI JUNIOR, Jorge. *Memórias de Luta, lutas pelas memórias: o Reassentamento São Francisco de Assis*. Dissertação de Mestrado em História. Marechal Cândido Rondon – Unioeste, 2009, 153p. PAGLIARINI JUNIOR, Jorge. *Memórias do processo de migração de retorno entre os Estados da Amazônia Legal e o Paraná: disputas identitárias e políticas ambientais (1990-2014)*. Tese de Doutorado em História. Dourados – UFGD, 2015, 273p.

A pluralidade histórico-social agrária no Paraguai, aqui compreendidas no e pelo retorno, realidade na qual o debate da questão agrária é pano de fundo para o estudo do sujeito fronteiriço, e que conta com a problematização do processo de luta pela terra, mas também de lutas por costumes, pelo uso da moeda e da língua, situações apresentadas no diálogo com a mídia local e com moradores entrevistados (brasileiros, paraguaios, descendentes e brasiguaios).

O desafio de analisar a transitoriedade dessas pessoas nos levou à problemática do retorno para o Brasil, apresentado nas construções semânticas do termo *brasiguai*, como é comum aparecer na imprensa, tanto do Brasil quanto do Paraguai. Na matéria de 27/9/2003 publicada pelo periódico *Ultima Hora*²⁹ e intitulada “*Hay cerca de 450 mil brasiguayos que viven y trabajan en este país*”, de autoria do jornalista Andrés Colmán Gutiérrez, em que o mesmo aponta a generalização acerca da compreensão do sujeito brasiguai, condição que é corroborada inclusive pelo então embaixador do Brasil no Paraguai, Luiz Augusto de Castro Neves, assumindo que há um alto número de brasiguaios no país e identificando todos os brasileiros migrantes e seus descendentes como brasiguaios, situação decorrente e já adiantada por nós no início do texto.

A questão agrária/rural envolve as práticas de migração de retorno de brasileiros e seus descendentes, ocorridas na busca por melhores condições de educação para os filhos, de saúde para a família, de direitos sociais como a aposentadoria na tenra idade, ou seja, são práticas buscadas numa espécie de *crime autorizado* na região fronteiriça, onde as políticas públicas são praticamente inexistentes aos sujeitos que estão entre um e outro país, que estão no entre-lugar. Não bastasse a desassistência por parte de ambos os estados – Brasil e Paraguai –, o sentimento de pertencimento dos denominados brasiguaios foi posto à prova pelos ataques públicos de líderes de movimentos sociais de luta por terra ao modelo agrícola – da soja – dos brasileiros, discursos que generalizaram questões referentes aos resultados de modelos agrários existentes desde 1950, intensificados com Strossner, opondo esse modelo com a suposta *deficiência* da modernização das técnicas dos camponeses e dos indígenas, nesse caso no Paraguai, e a imprensa reverbera esse discurso, como pode-se visualizar abaixo.

²⁹ Andrés Colmán Gutiérrez. Hay cerca de 450 mil brasiguayos que viven y trabajan en este país. *Ultima Hora*. Assunção/PY, 27/9/2003, Cuaderno País, p. 26.

Figura 1 - La democracia no es viable en una sociedad hundida en la ignorancia



Fonte: Roque Gonzáles Vera. La democracia no es viable en una sociedad hundida en la ignorancia. *ABC Color*. Asunción - PY, 28/4/2004, Cuaderno Notas, p. 22.

Avaliamos com isso as disputas que marcaram a coexistência, não sem que antes considerássemos dois momentos que estruturaram a questão agrária paraguaia, sendo um deles delimitado entre as décadas de 1970 e 1980, intrinsecamente relacionados às transformações da estrutura agrária do Oeste do Paraná, e o outro, a partir da década de 1990, marcado pela transformação da estrutura agrária paraguaia, com a intensificação do latifúndio monocultor e agroexportador. Assim, foram demarcadas as diferenças entre um modelo que não se quer seguir, o do pequeno agricultor brasileiro e o das práticas de campesinos e indígenas, para muitos dadas como ultrapassadas, por contemplar em grande medida apenas uma produção para a subsistência, não atendendo o mercado internacional como objetiva o agronegócio.

Nesse contexto o surgimento do migrante retornado se dá pelo alvitre de *brasiguai*, como sujeito que resulta de um duplo processo de exclusão. Nesse processo, o primeiro movimento ocorreu quando ele sai do Brasil, após a década de 1950, ameaçados pela modernização agrícola conservadora nacional com o advento das máquinas e migraram para as zonas de fronteiras rurais paraguaias. Depois, o segundo, quando é novamente excluído do processo de modernização das áreas agrícolas no Paraguai, processo ao qual ele auxiliou na derrubada das matas e no *amansamento* das terras até meados da década de 1980, momento em que é obrigado a fazer seu retorno ao Brasil, quando, em geral retornam sem posse, sem dinheiro, com idade avançada e

em situação econômica difícil, em que não é nem brasileiro e nem paraguaio; é brasiguai, “homem sem pátria”. Nesse cenário o debate intensifica-se em torno das práticas de integração e das dificuldades em dizer quem são os estabelecidos e quem são os *outsiders*.

Em suma, nas entrevistas notamos a desconfiança, a confusão, as resistências e o próprio estigma. Esse posicionamento se contrapõe à noção requerida de identidade nacional, fosse ela a brasileira ou a paraguaia, se destacando o significado de ameaça do híbrido, da dualidade nacionalista, da transnacionalidade, ou seja, do próprio brasiguai que como sujeito é resultante de um duplo ou triplo processo de exclusão, primeiro no Brasil depois no Paraguai e onde a dinâmica rural está assentada. Deste *mundo rural* percebemos que as coexistências fronteiriças se deram entre ações e representações, e elas se estabeleceram, entre outras coisas, na negociação cultural, na transitoriedade humana e naquilo que dela deriva e que deixa um traço forte, que é a alta demografia brasileira no Paraguai, em especial no meio rural, mesclando movimentos que compõem uma base clássica de análise dos estudos agrários, com o estudo da frente de expansão das fronteiras agrícolas na América Latina. Aqui, contudo, a nossa atenção esteve voltada ao *modus vivendi* dos sujeitos transfronteiriços que constituíram manifestações em um ambiente pouco estático frente à ausência dos Estados. Trata-se de um encaminhamento que nos possibilitou fundamentar a representação de disputas mediante a aplicabilidade do conceito de convivência fronteiriça, em que a situação de fronteira das pessoas – brasiguaio – as colocou em condição de fronteiriços e em muitos casos de retornados.

O mundo rural, narrativas e ressignificações: fronteira agrícola e manejo

Tomamos aqui o mundo rural enquanto sinônimo de mundo do trabalho, pois essa relação surge e acaba sendo defendida nas narrativas das memórias dos migrantes ouvidos pela pesquisa, quando organizavam suas falas a partir do fenômeno do retorno da Amazônia Legal para o Paraná, no período compreendido entre o final do século XX e início do XXI. A relação entre o rural, a migração e as memórias passa a ser melhor compreendida com o mapeamento dos itinerários narrados nas entrevistas.

As memórias dizem respeito ao retorno, fluxo migratório constatado pelo IBGE desde a década de 1990, e, dentre os fluxos de retorno, está o retorno de paranaenses: “Em 2009, os estados em que a migração de retorno foi mais expressiva, superando os 20% do total de imigrantes, foram Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, além do Paraná e Rio Grande do Sul”³⁰. As principais mudanças desse

30 OLIVEIRA, Luiz A. Pinto de; OLIVEIRA, Antonio T. Ribeiro de (orgs). Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011, p. 39.

período foram sintetizadas da seguinte maneira.

[...] I- a inversão das correntes migratórias entre os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; II- a redução da atratividade migratória exercida pelo Estado de São Paulo; III- o aumento da retenção de população na Região Nordeste; IV- os novos eixos de deslocamento às cidades médias no interior do País; V- o aumento da importância dos movimentos pendulares; VI- o esgotamento da expansão da fronteira agrícola; VII- a migração de retorno do Paraná.³¹

Os tópicos VI e VII, referentes ao esgotamento da fronteira agrícola (da Amazônia Legal) e a Migração de Retorno ao Paraná, ao longo das décadas de 1990 a 2010, evidenciam a proximidade entre estes fenômenos. O conhecimento dessa nova configuração encaminha a sequência do texto que compartilha das mesmas preocupações sobre a questão do retorno dos brasileiros do Paraguai. De início, temos a seguinte afirmativa: se, por um lado, as memórias valorizavam a positividade do processo de formação de fronteiras agrícolas nacionais ocorridas uma ou duas décadas antes dos entrevistados migrarem do Paraná para a região da Amazônia Legal, entre anos de 1970 e/ou de 1980, por outro, as narrativas também mostram o retorno, em muitos casos ocasionado pela frustração destes mesmos projetos migratórios, e assim, se aproximam entre outras questões, das demandas ambientais desconsideradas nos projetos de ida.

Em sua entrevista Enzo necessitou apresentar um histórico familiar migratório para, a partir dele, falar da sua migração de ida e de retorno entre Paraná, Amazônia Legal e Paraná, processo esse que se estendeu durante toda a década de 1990: “Eu vim [do Rio Grande do Sul para o Paraná] quando tinha 11 anos. Aí nós viemos pra Juranda [Paraná], aí meu pai veio mexer com agricultura e aquela coisa toda, mas eu sempre tive um espírito aventureiro, eu nunca gostei de ficar muito tempo num lugar”³². Percebemos nessa fala que a vinda dos seus pais do Rio Grande do Sul na década de 1970 para o Paraná serve de exemplo para explicar a sua própria saída do Paraná. E tal qual fizeram seus pais, ele também fala em nome de um *espírito aventureiro*, aventura estruturada na certeza de que teria garantias no caso do retorno ao Paraná: “Eu fui, eu fui aventureiro, eu falei, se eu ganhar dinheiro, enriquecer, beleza, porque na época era isso, enriquecer”³³.

A migração aventureira caracteriza um comparativo de questões econômicas e estruturais entre o Paraná e o “norte”. Temos na fala de Enzo o lugar da segurança, o Paraná, onde as fronteiras agrícolas, uma vez efetivadas, não mais permitiriam a aventura, e o lugar a ser feito, conquistado, o *norte*, o lugar da incerteza, um lugar para

31 OLIVEIRA, Luiz A. Pinto de; OLIVEIRA, Antonio T. Ribeiro de (orgs). Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011, p. 12.

32 Enzo Tobaldini. Comerciante. Entrevista com Jorge Pagliarini Júnior. Campo Mourão - PR, 2014.

33 Enzo Tobaldini. Comerciante. Entrevista com Jorge Pagliarini Júnior. Campo Mourão - PR, 2014.

todos, lugar do aventurar-se, aliás era essa também a motivação de muitos agricultores que migravam ao Paraguai, fazer riqueza.

A mesma estratégia de associação da trajetória do entrevistado com outras trajetórias migratórias também é retomada quando ele faz referência às levadas anteriores da migração para a Amazônia, duas décadas antes da migração vivida por ele próprio para lá. Trata-se de uma questão de territorialidade, no sentido apresentado por Haesbaert³⁴, isso pela perspectiva da disputa – da territorialidade –, a qual se aproxima da própria acepção de lugar. A associação entre a sua trajetória e a de outras migrações anteriores aponta para a convergência entre as demandas da processualidade migratória vivida no retorno e a ressignificação dessas migrações. Dessa relação podemos destacar que nela reside uma tensão e que essa tensão se define diante dos desafios que marcam o *mundo rural* em dois processos.

O primeiro processo é o do período das migrações até 1980, processo marcado pela valorização dos projetos de formação do Brasil, ou seja, das suas fronteiras agrícolas, numa variável teórica por nós entendida próxima daquilo que Candau define por metanarrativas,³⁵ ou seja, categoria de memória acionada pela identidade - memórias fortemente compartilhadas - caso tanto da identidade nacionalista e de suas políticas de estado, quanto do debate étnico que valoriza a atitude do sulista. O segundo processo é o caracterizado pelas configurações políticas e culturais de meados de 1990 em diante, como no caso da afirmação de um campo ambiental³⁶.

Quanto às migrações ocorridas entre 1950 e 1980, elas podem ser buscadas na leitura sociológica a qual marca de maneira incisiva ambos os processos migratórios que pesquisamos. José de Souza Martins³⁷ retrata as dinâmicas migratórias da formação de fronteiras pelo sulistas na Amazônia, processo estruturado, segundo ele, na construção da fronteira capitalista – apresentada a partir da metáfora da cerca – perante as relações de resistências camponesas. Na esteira da contribuição de sua obra destacamos o papel de empresas e dos *colonos* do Sul nas contradições vividas na fronteira, análise que encaminha o leitor para o significado do encontro de sujeitos deslocados e em trânsito no tempo e no espaço, sociologicamente situados, segundo ele pela ausência³⁸.

34 HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

35 CANDAU, Joel. Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2011.

36 ARRUDA, Gilmar. O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade. UNESP – FCLAS – CEDAP, v.2, nº 2, p. 117, 2006.

37 Cf.: MARTINS, José de Souza. Não há terras para se plantar neste verão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. Em que para o autor a fronteira entendida pela lógica do território diante das implicações das novas significações atribuídas aos velhos atos da empresa capitalista.

38 MARTINS, José de Souza. Não há terras para se plantar neste verão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 49. Para o autor no contexto de 1955-1964, o período populista integra ao conceito de propriedade a definição de bem-estar social. Diante das reivindicações das Ligas Camponesas e da organização da Igreja Católica, entre outros agentes, as resistências impulsionam políticas de colonização; com Jango, os debates a respeito das reformas de base, entre elas as referentes à Reforma Agrária, diminuem a intensidade das políticas de colonização. Indenizações de 10 quilômetros nas estradas e políticas voltadas ao Nordeste demonstram a preocupação com a formação de uma classe média rural.

Já José Vicente Tavares dos Santos apresenta o mesmo processo dividindo-o em fases – da colonização inter-regional – e dele ressalta: “[...] causas estruturais de ordem sócio-econômica cujas demandas são interiorizadas pelos sujeitos diante do desejo e da esperança – está posta à prova do dia a dia”³⁹. Cotejamos nossa migração com a clássica divisão de Tavares dos Santos⁴⁰ e isso contribui no sentido da contextualização dos períodos, mas também no estabelecimento de proximidades e de distanciamentos entre as frentes apresentadas no conjunto das entrevistas com a análise sociológica e histórica⁴¹. A carência de terras destinadas à Reforma Agrária denunciada pelo autor não foi associada ao período pelos entrevistados, entre eles, Enzo, os quais, diferentemente, ao apresentarem o contexto de saída dos paranaenses que os anteciparam na migração para a Amazônia Legal, ressaltaram os esforços necessários para que fossem derrubadas as matas e realizada a mecanização das lavouras. Se, todavia, diferentemente de Tavares dos Santos, os entrevistados desconsideraram os conflitos de terra ao narrarem o Paraná dos anos anteriores aos de 1990, ao mesmo tempo em que adjetivavam positivamente a capacidade de levarem consigo o conhecimento e a força de vontade necessária para a transformação das florestas em campos, as explicações do retorno, estas, sim, se tornam emblemáticas, por tratarem das dificuldades vividas.

O problema reside no fato de que nem a defesa de uma suposta disposição cultural para o trabalho trazida pelos pais e/ou avós dos demais estados do Sul do Brasil, nem tampouco a técnica aprimorada no Paraná e levada à Amazônia duas décadas antes de eles migrarem, nem um, nem outro desses fatores lhes garantiu a conquista da estabilidade fora do Paraná, principalmente quando consideramos os exemplos daqueles que optaram pelo retorno, uma decisão tomada muito em conta do seu *insucesso* econômico. E se a técnica com a agricultura extensiva não mais garantiria o sucesso econômico, novas prioridades e qualidades compõem o universo da migração via *mundo rural*: trata-se do manejo. Em síntese, o manejo demonstra um dos aprendizados da experiência migratória.

39 Nessas condições espaciais, marcadas pelas ações do Estado e de suas estratégias de ocupação agrária, destacam-se a construção de uma rede de créditos e outras formas de subsídios aos migrantes. Numa segunda ordem, mais próxima à análise ideológica, o autor evidencia a tentativa de grupos na constituição da hegemonia ao lidar com o sonho do pedaço de terra. SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta (Do Sul para a Amazônia Ocidental)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993, p. 15.

40 A primeira frente foi atribuída às políticas de Vargas entre os anos de 1930 a 1945 e foram caracterizadas pelo autor pela análise das migrações internas e pela intensificação da construção de núcleos coloniais assumidos pelo Estado nacional diante das políticas de povoamento; a segunda foi atribuída ao contexto de 1955-1964, quando o período populista integraria ao conceito de propriedade o conceito de bem estar social, e quando com Jango os debates a respeito das reformas de base, entre elas as referentes à Reforma Agrária, diminuíram a intensidade das políticas de colonização (1993, p. 42); a terceira, ocorrida durante o período de 1960 a 1970, quando a colonização assume, nesse contexto, o significado de resposta do Estado aos movimentos de resistência camponesa e de manifestações no campo; finalmente, uma quarta fase foi atribuída ao período iniciado após o ano de 1974 a qual se estendeu durante a década de 1980, período no qual a colonização foi marcada pela intensidade de políticas de colonização rumo ao Norte e Nordeste do país, quarta fase.

41 Assim, num breve comparativo entre os fluxos migratórios resultantes dos estudos da migração e o das memórias dos entrevistados, pode-se perceber que a interpretação dos itinerários pelas memórias se aproxima da apresentação dos mapeamentos decorrentes dos estudos de campo, quando se remetem à colonização sulista na Amazônia; no entanto, os fluxos anteriores à década de 1970 são associados pelos entrevistados ao processo migratório dos pais e ou avós e pouco se referem às demais frentes de colonização ocorridas no Nordeste e na Amazônia Legal; da mesma forma, o retorno é generalizado como retorno de sulistas da Amazônia. Essa mesma dinâmica é semelhante ao que ocorre com os agricultores brasileiros que migram para o Paraguai.

No caso de Enzo temos a apresentação detalhada da prática de manejo.

É, porque o manejo, o que acontece, você nunca mais pode abrir aquela área. Automaticamente ela vira uma reserva legal, então você faz um manejo lá em mil alqueires de terra, nunca mais vai poder abrir. Se abrir você vai pra cadeia e o que vai acontecer, você tira esse mil alqueire de mata, daqui cinco anos você volta a tirar de novo então a floresta sempre tá produzindo, ela sempre tá dando dinheiro. Você não pode tirar a madeira e abrir. Não, não pode virar pasto nem soja. Não pode, se você compra mil alqueires fechados, você pode abrir duzentos e oitocentos tem que ser, tem que ser mata de manejo e aí você vai ver o que vai fazer da tua mata.⁴²

Assim, possivelmente subsidiado de argumentos técnicos e regulatórios, o entrevistado apresentou uma reflexão de sua mudança de entendimento em relação à Legislação Ambiental. Segundo ele, agora, passada mais de uma década, ele se diz capaz de ler todo o processo, algo que não teve condições de fazer quando ainda estava no Mato Grosso, na região da Amazônia Legal:

O que aconteceu nessa área ambiental [...] o que aconteceu com o fazendeiro, ele tem uma área de mil alqueire aberta, ele consegue lá mecanizar quinhentos alqueires, quinhentos alqueires fica pasto porque não pode mecanizar, mas o que acontece, com aqueles bois dos quinhentos alqueires, ele botou no coxo, ele tá confinando então dentro da propriedade, virou uma propriedade realmente sustentável.

[...] chegar até aqui, então agora chegou no limite, não abre mais, deve ter sido feito alguma pesquisa do tanto que tem de áreas abertas e as áreas que tinham pra abrir, de repente é improdutivo ou coisa parecida que sobrou então o que que acontece agora, nas áreas abertas vai ter que aumentar a produção. No entanto se você não produzir se não me engano quarenta e cinco sacas de soja por hectare, você corre o risco de ser desapropriado. Então o que acontece, então virou integração lavoura, pecuária, floresta⁴³.

O entrevistado demonstra um exemplo de como a relação entre sociedade e natureza⁴⁴ envolveu a soma de questões culturais, trabalhistas, etc., e que ela pode ser pensada pela tensa relação entre produzir e preservar e que, de certa forma, os *erros* do passado deveriam ser perdoados tendo em vista o aprendizado em que se chegou a partir deles.

42 Enzo Tobaldini. Comerciante. Entrevista com Jorge Pagliarini Júnior. Campo Mourão - PR, 2014.

43 Enzo Tobaldini. Comerciante. Entrevista com Jorge Pagliarini Júnior. Campo Mourão - PR, 2014.

44 Cf.: DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. LEFF, Enrique. *Construindo a história ambiental na América Latina*. Esboços. V. 12, nº 13, 2005. LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. QUINTSLR, Suyá. *Amazônia: disputas materiais e simbólicas*. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V. 11, nº 1, maio, 2009

O manejo corresponderia, nesse caso, de certa forma, ao reafirmar da positividade da migração, em outros tempos justificada pela necessidade da formação de fronteiras agrícolas, e ora substituída, pós 1990, pelas demandas ecológicas, mantendo, assim, a valorização do trabalho da agricultura. Leia-se, do migrante sulista. O manejo substituiria a posituação do processo de formação de fronteira, sem necessariamente excluir — conforme entendemos da fala citada — há várias críticas ao processo como um todo, pois esse debate é patente nas discussões sobre o *mundo rural*, conforme presenciamos em outros textos⁴⁵.

Concluindo nossa análise das fontes e nesse caso sobre as entrevistas referente a Amazônia Legal, conforme procuramos demonstrar, as entrevistas reafirmam muito daquilo que já foi escrito sobre o Paraná e a Amazônia, no que tange às defesas regionalistas — a característica do paranaense colono, trabalhador, que ao ser positivado é diferenciado do paraense, do amazonense, do mato-grossense, etc.

Por outro lado, as fontes orais também demonstraram tal noção integradora e uma construção memorialista que se pretende coletiva, não apenas em relação à propriedade, mas, sobretudo, no que diz respeito às diferentes sociedades/comunidades. Nos locais onde essa integração social ocorre realmente, ela se dá porque as lutas comuns foram desenvolvidas por interesses comuns — de nortista ou de sulista. Essa mesma dinâmica identificamos no Paraguai quando do momento da emancipação de vários pequenos municípios no Leste daquele país, lugares que tinham estrutura basicamente rural. Ali foram as lutas comuns entre brasileiros e paraguaios que promoveram a emancipação política e administrativa dessas novas cidades. São essas, entre outras, as inquietações que nos levam a avaliar até que ponto estávamos lidando ainda com *memórias coletivas*, fortes, ou se tratávamos de memórias outras, de *memórias fracas e dissidentes*⁴⁶, como, por exemplo, a da valorização da memória do convívio na região verde, dos rios e igarapés, das serestas no fim de tarde, da *mea culpa* quando se referem aos impactos ambientais, no caso da região amazônica no Brasil, ou mesmo ao entendimento que possuem das leis que regem outros países como no caso da migração para essas regiões e ao Paraguai.⁴⁷

45 Ver: LEONARDI, Víctor. Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil. Brasília, DF: Paralelo 15 Editores, 1996. LINHARES, Maria Y.; SILVA, Francisco C. T. Terra prometida: uma questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

46 CANDAU, Joel. Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2011, p. 35.

47 O debate poderia seguir, com as discussões em torno das atuais reivindicações pela Reforma Agrária, tanto no Brasil quanto no Paraguai. Essas reivindicações sociais interferiram no posicionamento do Estado Federal brasileiro ao promulgar a Lei nº 11.952, de 25/6/2009, a Lei dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nº 8.666, de 21/6/1993, e nº 6.015, de 31/12/1973; e dá outras providências. E mesmo que essas disputas não tenham sido apresentadas diretamente, elas são importantes para a contextualização das entrevistas ao apresentar o conceito de desenvolvimento regional. Ou mesmo no Paraguai com a resistência de muitos interessados estrangeiros/brasileiros na não promulgação da Lei nº 2.532, de 17/2/2005, a Ley de Fronteras do país vizinho, em que se restringe o acesso de compra e venda para estrangeiros de áreas contíguas a 50 km dentro do território paraguaio, sendo essa uma área de segurança nacional fronteiriça, e de sua posterior regulamentação com o Decreto Ley nº 7.525, de 26/10/2011, e ainda a resistência em relação à realização do inventário de propriedades estrangeiras que a Comisión Interinstitucional de Zonas de Seguridad de Fronteras (CIZOSEF), realizava até 2014 em toda a zona contígua dos 50 km de suas fronteiras no Paraguai.

Numa e noutra acepção, as fontes orais apresentam a centralidade do *mundo rural* percebido diante das ressignificações dos processos migratórios entre suas idas e vindas, neste caso, narradas pelos sujeitos e presente como uma memória em disputa. Ou como bem refletiu Beatriz Sarlo, embora o objeto de análise seja diferente do nosso as acepções sobre a memória nos fazem perceber a atuação do presente sobre o passado na ação narrativa. Para Sarlo.

É inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado, justamente porque, no discurso, o presente tem uma hegemonia reconhecida como inevitável e os tempos verbais do passado não ficam livres de uma ‘experiência fenomenológica’ do tempo presente da anunciação.⁴⁸

As narrativas orais e dos jornais escritos, conforme trouxemos no decorrer do texto, agenciam de maneira positiva a nossa pesquisa que procurou de maneira qualitativa refletir sobre processos migratórios complexos, em que estão envolvidos interesses, emoções, vontades, sentimentos, entre outras possibilidades de verificação do processo e que não é possível ser averiguado apenas por meio da pesquisa quantitativa em que dados e estatísticas revelam muitas vezes a frieza dos números sem uma análise pormenorizada da situação em que as pessoas que estão inseridas nesse processo narram em suas falas ou mesmo o que os jornais escritos noticiam. Em ambas as tipologias de fontes, as memórias produzidas subjetivamente se tornam artefatos históricos nas mãos dos historiadores e da história, no nosso caso em questão de uma História do Tempo Presente. Por isso é que fizemos o alerta já no início do texto de que nossa pesquisa tinha como objetivo não trabalhar com os resultados puros, findos e acabados de uma análise sobre esse complexo processo migratório, mas sim, operacionalizar tais fontes de forma a compreender nosso tema metodologicamente inserido na História do Tempo Presente.

Considerações Finais

Entendemos que as memórias e os itinerários dos entrevistados funcionaram como um modelo plausível de explicação do/no tempo presente a respeito do que é ser migrante em áreas exploradas pela agricultura tanto na região da Amazônia Legal quanto no Paraguai, o que posteriormente caracterizou o movimento de retorno de milhares de famílias ao oeste do estado do Paraná. Metodologicamente, nosso texto lidou com memórias de pessoas que viveram processos migratórios recentes, material coletado pela História Oral, bem como, utilizamos matérias do jornal escrito e que mostram os entremeios dessas questões no Paraguai. Ambas as fontes podem ser

48 SARLO, Beatriz. Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 47.

devidamente *cruzadas* com dados estatísticos, com estudos de variantes políticas, econômicas, culturais, e, com as contribuições da Demografia, compreendendo essas pessoas como atores sociais, dando com isso novas contribuições às pesquisas que abordam a temática.

O debate bibliográfico possui caráter interdisciplinar e contribuiu qualitativamente para/com a estrutura do texto, tanto no que condiz com as questões epistemológicas da HTP quanto no que versa sobre o tema em si. Vale ressaltar que há entrevistas de diferentes períodos, e que foi necessária a inserção dessas narrativas justamente para fazer com que a compreensão de tais movimentos migratórios se tornasse mais efetiva, questões que entendemos como apropriadas nas e pelas narrativas dos entrevistados ao dizerem das trajetórias de outros tempos, tornando essas memórias ativas novamente e ressignificando-as, proposta essa que a História Oral discute constantemente.

Especificamente, tratamos do diálogo com o entendimento de uma região como ponto de partida e de chegada a partir do qual foram traçadas políticas migratórias ainda mais ao Oeste, seja no caso do Paraguai das décadas de 1970/80 aos dias atuais, seja no caso da Amazônia Legal a partir da década de 1990.

Na necessidade de problematização dos conceitos, alguns foram fulcrais para que pudéssemos falar de migração e de ocupação territorial, servindo de exemplo a região, o território, o lugar e a fronteira. Essas categorias puderam ser retomadas pelo diálogo com a Geografia⁴⁹, com a Sociologia⁵⁰, e com o campo da História, mais propriamente e nesse momento com a História Ambiental⁵¹.

O rigor com as contribuições estruturantes do trabalho com memórias sendo pensadas e ancoradas pela metodologia da História Oral e pela Imprensa, nos dá o entendimento de que ambas as tipologias de fontes são fontes que compõem a HTP com primazia, entre as demais que são possíveis de operacionalizar nesse campo. Das memórias dos entrevistados tivemos um chão, uma ancoragem para que fossem pensados os processos migratórios, transitórios, narrados pelos sujeitos. Já com os periódicos pudemos dialogar com processos de externalização das ocorrências históricas, mesmo que às vezes selecionando, seleção essa que é característica própria da memória e do próprio ofício do historiador. Perfaz ainda nosso ofício o dado de conhecermos, morarmos e vivermos por algum período de nossas vidas nesses locais de idas e vindas que exploramos aqui, seja no oeste do Paraná de maneira mais efetiva, mas também na região da Amazônia Legal e no Paraguai, fazendo da pesquisa o nosso campo de coexistências.

49 GOETTERT, Jones Dari. O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para o Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

50 MARTINS, José de Souza. Não há terras para se plantar neste verão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. SANTOS, José Vicente Tavares dos. Matuchos: exclusão e luta (Do Sul para a Amazônia Ocidental). Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

51 ARRUDA, Gilmar. O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade. UNESP - FCLAS - CEDAP, v.2, nº 2, p. 117, 2006.

Do *cenário* apresentado e por nós selecionado, o *mundo rural* em conjunto com a HTP são os principais fios condutores que permitiram vincular nossa escrita com as problematizações narradas pelos sujeitos em situação de mobilidade. Brasiguaios, retornados, migrantes, aventureiros, *outsiders*, entre outras, essas categorias/denominações são na maioria das vezes impostas às pessoas que estão presentes nesses movimentos de mobilidade humana, colocados diante da aceitação e da negociação dos significados desses conceitos, nesse caso, categorias históricas significantes de trajetória vividas e narradas, a partir das quais os processos migratórios vividos partem de um cenário rural.

Um rural que ao mesmo tempo em que é inóspito é protetor, um rural desafiado e desafiador nas migrações, tomado assim como modelo das histórias narradas, um rural nacionalizado e estrangeiro, um rural ora legal ora ilegal em suas práticas cotidianas, um rural do trabalho árduo mas também da nostalgia, *um mundo* que praticamente a integralidade das narrativas aqui analisadas se dão nas vidas vividas, na sua lida, na sua disputa, ou quando isso não ocorre é por que não é dito, justamente porque são experiências que mostram muito mais do que apenas momentos bons, festivos, felizes, comemorativos, são sobretudo momentos difíceis, amargos, complicados, indignos e são aos poucos silenciados, apagados ou quando não, indizíveis, isto é, são memórias em disputas para saber o que aflorará, nossa análise procurou fazer um pouco disso, aflorar o tema do *mundo rural* por meio da HTP no complexo movimento migratório de retorno.

A temática sobre o rural pode ser problematizada a partir de pensar as consequências – das memórias e dos resultados históricos de suas políticas – das migrações de *colonização* ocorridas entre as décadas de 1960 a 1980⁵², sendo elas ressignificadas nas práticas migratórias ocorridas nas duas últimas décadas e narradas pelos entrevistados. Falamos do *mundo rural* das migrações, um ambiente asseverado como modelo de práticas migratórias. Esse debate representa a pluralidade teórica que direciona nossas análises, enveredando do rural enquanto modelo de colonização – formação de fronteiras agrícolas – para o rural que envolve a ambiência da fronteira, os engajamentos em movimentos sociais, as releituras do mundo do trabalho e a questão ambiental.

Há sim, novas configurações e leituras das práticas rurais e agrárias. Elas apontam para a centralidade das relações e para a continuidade de debates clássicos sobre a construção de fronteiras agrícolas e de expansão. Assim direcionam o olhar às problemáticas do retorno, das demandas ambientais e a importância das discussões sobre memória, apresentando novas formas de posituação do processo migratório que demonstram a processualidade dos eventos abordados e mesmo das narrativas dos

52 COY, Martin; KLINGLER, Michael. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, v. 7, n.º 1, p. 27-46, abr. 2014. LENHARO, Alcir. Crise e mudança na frente oeste de colonização. Cuiabá, MT: NDHIR/UFMT, 1982.

entrevistados. Aqui, o presentismo dessas configurações puderam ser explorados com a história do tempo presente.

Em suma, é visível que a história oral protagonizou nosso debate, já o jornal escrito, mesmo que em menor grau de abrangência também contribui de maneira ilustrativa para a compreensão desses processos de migração de retorno. Ambas as tipologias de fontes estabelecem maneiras objetivas e subjetivas para a compreensão das narrativas emanadas dos sujeitos, em que os processos que moldaram a migração de retorno aparecem a todo instante na operacionalização da memória por eles ativada. O uso da história oral no caso em tela não significou exclusivamente a oportunidade dos atores históricos que participaram desses fenômenos narrar suas histórias e, conseqüentemente, a história de uma região, trazendo à baila temas sensíveis que permeiam ou a Amazônia Legal, ou, uma perspectiva histórica internacional, como no caso do Paraguai em que o jornal escrito complementa nossa pesquisa. A premissa da inserção social dos atores históricos evidenciou ainda outro elemento inclusivo que é o de demonstrar o papel social exercido pelo pesquisador, nesse caso, historiadores. A história do tempo presente reverbera aspectos efusivos em que temas, objetos, fontes e abordagens vão além do ato de composição de elementos epistemológicos necessários para o desenvolvimento de uma pesquisa, mas sim, o de compreender aspectos que representam demandas atuais, dinâmicas, interdisciplinares, e sobretudo, ocupando sempre um lugar de destaque na historiografia.

Recebido em 14 de março de 2019.

Aprovado em 12 de julho de 2019.